

GRUPO PARLAMENTAR



PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 1163/XIII/3

PELA NÃO ADESÃO DE PORTUGAL À COOPERAÇÃO ESTRUTURADA PERMANENTE

Os Verdes têm reafirmado, recorrentemente, que a União Europeia está distanciada das respostas aos interesses dos povos dos seus Estados-Membro (situação demonstrada muitas vezes quando se chama um povo a pronunciar-se sobre o rumo que está a ser seguido pela UE), promovendo, assim, um efetivo divórcio entre as elites europeias e os povos dos diferentes países em causa. Fundamentalmente as causas sociais (e também muitas ambientais) não constituem prioridade para a União Europeia, demonstrando-se, ao invés, um serviço submisso a grandes multinacionais ou à NATO, a título de exemplo.

O reforço do caminho de militarização da União Europeia é um exemplo deste divórcio, ligado à obsessiva criação de um exército comum, num quadro de serviço à NATO. A cumplicidade, e até participação, da União Europeia em intervenções militares de agressão e ingerência nas últimas décadas, demonstra a lógica e as consequências desta política belicista, bem como o significado deste caminho de militarização. Isto em tudo se distancia da promoção da paz. Em abono da verdade, a União Europeia tem sido ativa no financiamento militar, e grandes potências da UE têm vendido armamento a grupos que desenvolveram terrorismo e crimes contra as populações – recorde-se o caso da Síria e da Líbia em concreto – com consequências devastadoras.

Por outro lado, a perspetiva do incremento da componente militar da União Europeia implica o aumento de despesa com meios de «defesa» (ou de agressão!), retirando capacidade de investir em áreas fulcrais para o bem-estar e a melhoria das condições de vida dos povos dos Estados-Membro.

Neste momento está em causa a eventual adesão de Portugal à designada Cooperação Estruturada Permanente (CEP), prevista no Tratado europeu, com o objetivo de reforçar o domínio militar, implicando, entre outras questões, intensificação de capacidades e equipamentos militares, maior despesa nesta área, disponibilização de mais unidades de combate.

Esta não é, em bom rigor, nenhuma prioridade para os povos da União Europeia, nem nenhuma necessidade para o povo português, mas será negócio de grande monta para

a indústria militar, na qual por exemplo a Alemanha e a França têm interesse, e para o qual pretendem chamar os demais Estados Membro a financiar.

Para além disso, a CEP representa mais um passo significativo para a perda de soberania dos Estados Membro e para a concentração do poder de decisão nas grandes potências da União Europeia ao nível da política externa e militar.

O Governo português já manifestou intenção de aderir à CEP, mas os Verdes entendem que a Assembleia da República deve opor-se a esta adesão, indo ao encontro daqueles que são efetivamente os interesses do povo português, ou seja defender uma Europa onde o desemprego e a pobreza deem lugar à solidariedade que consiga criar efetivos laços de coesão social, onde o serviço às grandes multinacionais dê lugar ao desenvolvimento sustentável com solidariedade intra e intergeracional, onde a construção do arsenal de agressão dê lugar a instrumentos de progresso que promovam a paz.

Assim, o Grupo Parlamentar Os Verdes apresenta o seguinte Projeto de Resolução:

Ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, a Assembleia da República recomenda ao Governo a não adesão de Portugal à Cooperação Estruturada Permanente, no âmbito da União Europeia.

Assembleia da República, Palácio de S. Bento, 1 de dezembro de 2017

Os Deputados

Heloísa Apolónia

José Luís Ferreira